

Capítulo 3

Relações sociais de produção e consumo

Agostinho Schneiders

Seção 1

A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético

O pensamento sociológico de Marx é o mais controvertido de todos os tempos, sendo considerado extremamente complexo e completo a respeito da sociedade moderna e contemporânea. Por causa de suas ideias, ele foi e continua sendo admirado e criticado. Suas análises críticas da sociedade capitalista de seu tempo, evidenciando as contradições e antagonismos, mostrando as possibilidades de mudanças, transformações e revoluções, provocaram rupturas, discussões e conflitos de ideias, que permearam por muito tempo as ciências humanas e sociais, chegando até aos nossos dias.

Marx ofereceu uma nova concepção da realidade social, modificando completamente o entendimento e a percepção do mundo, a partir de meados do século XIX. Já houve época em que o pensamento de Marx era contestado em qualquer publicação de Sociologia. Isso se deve, em grande parte, ao preconceito que foi sendo criado pelas instituições e pelos pensadores mais conservadores, por causa de suas posições críticas em relação à sociedade da época.

Mais do que qualquer outro pensador social, Marx salientou a importância fundamental da estratificação social ou estrutura social em nossa vida. Um número considerável de estudiosos da área das ciências humanas, especialmente das sociais, não compartilha na íntegra a perspectiva de Marx, mas, assim como, por exemplo, com o estudo *O Suicídio*, de Durkheim, a obra de Marx

incentivou pesquisas, debates e novas linhas de análise da sociedade da época e, principalmente, serviu de referencial teórico para compreender as relações sociais e suas diversas formas de interação no mundo nas últimas décadas.

Marx viveu no século XIX, no período da consolidação do sistema capitalista, que imprimiu uma nova maneira de ser da sociedade. Sem nunca ter sido um sociólogo de profissão, seus estudos nasceram da prática e das necessidades políticas do movimento socialista. Foram os seguidores do pensamento marxista e os estudiosos das ciências sociais que adaptaram a teoria de Marx às necessidades teóricas da Sociologia.

Suas formulações teóricas sobre a vida social, com destaque para as análises que fez da sociedade capitalista da sua época, causaram repercussões entre os intelectuais, a ponto de a Sociologia Ocidental Moderna preocupar-se basicamente em confirmar ou negar as questões levantadas por ele.

Ele cumpriu o papel de desvendar o sistema capitalista de forma ampla, analisando seus aspectos políticos, sociais e econômicos, com a utilização do método dialético. Isso é tão marcante que se pode afirmar que o conceito de realidade social de Marx é **dialético**.

Caracterizando o método, Marx (1982, p. 179) afirmou que “[...] o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem.” É o movimento da matéria, da realidade social e da vida do ser humano, que é objetivamente dialético.

Toda a abordagem desenvolvida por Marx a respeito do sistema capitalista de produção é dialética, caracterizada especialmente pelas indicações das contradições e conflitos marcantes na dinâmica desta sociedade: patrões X operários, riqueza X pobreza, mando X obediência.

Para Marx, riqueza e pobreza são contraditórias. Uma decorre necessariamente da outra. A riqueza é resultado da exploração, opressão e injustiça. Isso só é possível por causa das condições estabelecidas pela sociedade, que não são iguais para todos: uns nascem em berço de ouro, outros de madeira, outros de capim, papelão, jornal ou sem berço. Acreditava que a classe econômica era fundamental na sociedade, já que todos os demais sistemas de desigualdade dependiam dela. Segundo ele, na classe econômica havia basicamente duas posições possíveis para cada pessoa: proprietário ou trabalhador.

A partir dessa perspectiva de abordagem ampla da sociedade capitalista, pode-se considerá-lo mais como um cientista social do que como um sociólogo. Marx acreditava que a razão não era só um instrumento de compreensão e apreensão da realidade social, mas também de construção de uma sociedade mais justa.



Após ter distinguido os aspectos e elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, e sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontrou a dialética na sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento. A realidade em estado de movimento, a realidade em processo, impulsionada pela superação de elementos contraditórios que a permeiam, é uma ideia básica no método dialético. Para ele, tudo parece levar à própria contradição e, por consequência, à mudança, à transformação.

Em suma, dialético é um método de análise da realidade, que vai do concreto ao abstrato e que oferece um papel fundamental para o processo de abstração. É um modo de ver e conceber o mundo, a sociedade, a vida, os seres humanos, as coisas, a matéria, as ideias e pensamentos, caracterizado pela dinâmica do movimento constante de tudo. Nada está parado, inerte. Tudo muda, tudo se transforma.

Esse modo dialético de ver e conceber tudo está presente na análise e interpretação da sociedade capitalista moderna, também entendida como **Materialismo Histórico**. A análise da vida social, para Marx e Engels (1989, p. 27), deve ter como ponto de partida

[...] os indivíduos reais, a sua ação e as condições materiais de existência, quer se trate daquelas que já encontrou elaboradas, quer das que ele próprio criou. A primeira condição de toda a história humana é a existência de seres humanos vivos.

Na abordagem da vida social, Marx desenvolveu um método que, mais tarde, foi denominado de **Materialismo Histórico**, por tratar das relações materiais que os homens desenvolvem para poderem produzir os meios necessários para a sobrevivência.

Nessa abordagem, a produção das ideias, das representações e da consciência está, antes de tudo, direta e intimamente ligada à atividade material dos homens; nesse sentido, ela seria a própria linguagem da vida real. Sendo assim, as representações e o pensamento dos homens aparecem como a emanção direta do seu comportamento material da vida cotidiana.

Os homens são produtos de suas representações e de suas ideias, na medida em que são estas qualidades que os tornam humanos. Porém, não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, creem, mas dos homens tomados em sua atividade real, segundo o seu processo real de vida.

São os homens que, ao desenvolverem a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, os

seus pensamentos e os produtos desses pensamentos. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Para ilustrar esse raciocínio acompanhe o exemplo. A ideia de uma mesa surgiu pela necessidade que o ser humano teve de uma superfície plana para preparar os seus alimentos. Iniciou no chão, depois sobre uma pedra, um tronco de árvore. Foi pensando e refletindo sobre maneiras de melhor satisfazer as suas necessidades que o ser humano chegou à construção de diferentes tipos de mesas.

Esse processo de criação aplica-se ao desenvolvimento de todos os instrumentos produzidos pelo Homem para melhor interferir e transformar a natureza, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência. Foi o que possibilitou que o homem fosse transformando-se a si próprio e promovendo o seu desenvolvimento e a sua constituição como sujeito ao longo da história, com as qualidades e características humanas que conhecemos – relacionadas às capacidades de pensar, de planejar, de imaginar e da própria consciência. E são essas, entre outras capacidades de ordem superior, que são tipicamente humanas e que nos diferem de outras espécies animais.



É, portanto, intervindo na realidade material, transformando a natureza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência que o homem constrói sua consciência. É na vida real que começa a ciência real, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. O conhecimento baseado na produção da sociedade resulta do estudo do processo real de vida e da ação dos indivíduos de cada época.

Os homens devem poder viver para poder fazer história. E para viver é preciso, antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se, além de outras coisas. Dessa forma, a produção da realidade material para garantir a reprodução da vida a cada dia é um processo dialético contínuo em evolução. Assim, o modo como o ser humano luta para estar vivo já é parte do fazer história e do seu fazer-se na história, pois, ao mesmo tempo, produz conhecimento.

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. É no desenvolvimento histórico que os homens, ao renovarem a cada dia a sua própria vida, iniciam o processo de suas próprias reproduções.

A consciência é um produto social como um reflexo do contexto social mais próximo. A consciência da necessidade de relacionar-se com indivíduos que os cercam, advinda da percepção da necessidade de juntar esforços para sobreviver, marca, para o homem, o início da consciência do fato de que, apesar de tudo, ele vive em **sociedade**.

A vida em sociedade tem características distintas em cada período da história, marcadas pelo modo como o ser humano organizou-se para satisfazer suas necessidades básicas. Uma passagem da obra “Ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 1989, p. 27-28) reflete bem essa perspectiva:

Um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história [...] a fim de manter os homens vivos.

Satisfeitas suas necessidades básicas, os homens criam novas necessidades, e essa criação é, para Marx, o primeiro ato histórico, resultante da ação orientada pela consciência. É desde o início da evolução histórica que os homens renovam diariamente as suas próprias vidas e buscam a reprodução da espécie, numa relação entre homem e mulher, pais e filhos.

Para Marx (1989), são as massas das **forças produtivas** que determinam as condições sociais de existência. Nesse sentido, a consciência nasce da necessidade da existência de intercâmbio com outros homens. A consciência é, portanto, desde o início, um **produto social**.

Com essas colocações, estavam lançadas as bases para uma nova interpretação da história. Ao afirmar que é a matéria que determina a consciência, Marx (1989) toma como ponto de partida a vida material e histórica do homem.

Numa visão histórica, segundo Tamanini e Amorim (2003), as configurações assumidas pela ciência e pela ética são o resultado de uma evolução que não obedece, necessariamente, às leis eternas. Ela é construída pelas realidades históricas e caracteriza-se por um ato consciente e revolucionário de uma classe; no caso do sistema capitalista, o proletariado.

Para os historiadores, as teorias ou abstrações são representações que os homens fizeram para si mesmos na história. Elas são o resultado da história humana, e estão destinadas a descrevê-la e a permitir sua continuidade ou descontinuidade. Portanto, são contextualizadas e podem ser modificadas, uma vez que toda história traz em si o germe da sua própria destruição.

A dinâmica das relações sociais, o movimento das mudanças e transformações constantes, ou seja, a dialética da realidade e do pensamento constitui a força

motora da história. As circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias, segundo Marx. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material e social, processo que implica o surgimento de contradições. Nesse sentido, o sociólogo poderia compreender a sociedade capitalista e a direção na qual ela estaria transformando-se graças as suas contradições internas.

Na verdade, Marx nunca tratou da produção em geral, mas referiu-se à produção num estágio de desenvolvimento social, como sendo a produção dos indivíduos que vivem em sociedade. A sociedade depende do estágio de desenvolvimento social, de suas forças produtivas e das relações sociais de produção, conforme citação que segue:

[...] os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são os resultados da energia prática dos homens, [...] determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas [...]. (MARX apud QUINTANEIRO, BARBOSA; OLIVEIRA, 2001, p. 71).

A maneira pela qual os homens produzem seus meios de existência depende da natureza dos meios de existência já conhecidos e que precisam ser reproduzidos ou substituídos.

A compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência à maneira como os homens produzem sua sobrevivência material. Por isso, o conceito de **trabalho** é fundamental para esse entendimento, pois é nesse processo que se estabelece a interação com a natureza e é por meio do trabalho que o homem a transforma.

Na concepção marxista, o homem trabalhando é considerado como força de trabalho, significando a energia despendida no processo de trabalho, por meio do qual chega ao produto. E é o trabalho que atribui ao produto um valor determinado.

De acordo com Demo (1989), as relações que se estabelecem entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que processam diretamente o produto são denominadas **relações sociais de produção**. Os **meios de produção** são os instrumentos utilizados para processar a produção: o capital, as fábricas, a terra, as ferramentas, os insumos etc. Por **modo de produção** entende-se a maneira historicamente específica que caracteriza o processo de produção.

As relações de produção são caracterizadas pelo relacionamento dentro de um modo de produção (o comunismo primitivo; a escravidão; o feudalismo; o capitalismo; e o socialismo/comunismo), entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os possuem. No caso do modo de produção capitalista, ela ocorre entre o capitalista que detém a posse privada dos meios de produção e os trabalhadores diretos, isto é, aqueles que não os detêm.

A sociedade, ao produzir os bens de consumo e de serviço de que necessita, faz com que os homens estabeleçam relações uns entre os outros na produção, na troca e na distribuição dos bens, denominadas relações de produção.

Nos últimos anos, temos visto uma revolução tecnológica crescente e que tem trazido novos direcionamentos econômicos, culturais, sociais e educacionais à sociedade. A acelerada transformação nos meios e nos modos de produção, causada pela revolução tecnológica, focaliza uma nova era da humanidade em que as relações econômicas entre pessoas e países e a natureza do trabalho sofrem enormes transformações.



Conceito elaborado por Karl Marx e que recebeu muitas definições e utilizações posteriores, as relações de produção, resumidamente, são as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material. Segundo a teoria marxista, nas sociedades de classes as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção. Assim, nessas sociedades, as relações de produção são relações entre classes sociais, proprietários e não proprietários, que, conjuntamente com as forças produtivas, são os componentes básicos do modo de produção, ou seja, a base material da sociedade.

Ao frequentar um supermercado para comprarmos gêneros alimentícios, bebidas, calçados, material de limpeza, etc., estamos adquirindo bens. Da mesma forma, quando pagamos a passagem do ônibus ou uma consulta médica, estamos pagando um serviço. Ao viverem em sociedade, as pessoas participam diretamente da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços, ou seja, participam da vida econômica da sociedade.

Assim, o conjunto de indivíduos que participam da vida econômica de uma nação é o conjunto de indivíduos que participam da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Podemos dar como exemplo a classe de operários que, quando trabalham, estão ajudando a produzir. E quando, com o salário que recebem, compram algo, estão participando da distribuição, pois estão comprando bens e consumo. Já quando consomem os bens e os serviços que adquiriram, estão participando da atividade econômica de consumo de bens e serviços.

Seção 2

Economia e sociedade

Para uma compreensão mais adequada da sociedade moderna, é imprescindível que se tenha o domínio de alguns conceitos básicos relativos à sua economia. Estudando as ideias de Marx, temos contato com alguns fundamentos conceituais da Sociologia econômica marxista. Isso porque, no pensamento de Marx, os aspectos econômicos adquiriram destaque e estão muito presentes em toda a análise da sociedade capitalista.

Inicialmente, podemos destacar que, no cenário das relações de produção capitalistas, surgem dois **conceitos** básicos e fundamentais para o entendimento do pensamento de Marx: a **mais-valia** e **classes sociais**, conceitos que serão estudados a partir de agora.

Na verdade, a economia capitalista trouxe um fato novo, a separação entre produto e produtor. O trabalhador produz sem saber o que está produzindo, sem ter participado do planejamento do processo e nem do produto final. Ele é apenas o executor daquilo que foi projetado por outro.

Isso se torna mais intrigante se levarmos em conta que o trabalho é a base do valor das mercadorias. Isto é, o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado a ela. Se uma mercadoria vale duas vezes mais do que a outra, é porque contém o dobro de trabalho.

Segundo Demo (1989), no tempo do intercâmbio mercantil simples, vendiam-se mercadorias para se obter o dinheiro que podia comprar outras mercadorias. Agora, vendem-se mercadorias para se obter dinheiro, que permite comprar mercadorias multiplicadoras do dinheiro (D-M-D).

Na sociedade atual, vende-se a própria força de trabalho como mercadoria, mas é uma mercadoria produtora de outras mercadorias, multiplicadora de dinheiro. Nesse contexto, a força de trabalho surge, então, como uma nova mercadoria. O trabalhador livre vende a sua força de trabalho pelo valor de um determinado salário.

É bom lembrar que a força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria ou trabalho assalariado. O escravo, por exemplo, não vendia a sua força de trabalho ao seu dono, assim como o boi não vende o seu trabalho ao lavrador. O escravo era vendido de uma vez para sempre com a sua força de trabalho. Era uma mercadoria que podia passar das mãos de um dono às mãos de outro. Assim, ele era uma mercadoria, mas a sua força de trabalho não lhe pertencia.

Já o trabalhador livre, no sistema capitalista, vende 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia, ao proprietário dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e meios de vida. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2001).

Na concepção de Marx, o salário deve ser determinado considerando-se o valor dos meios necessários para a subsistência, para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. E considerando-se, ainda, tudo o que é necessário para que o trabalhador reproduza-se de acordo com o seu nível de vida, que varia historicamente entre épocas e regiões, e de acordo com suas habilidades.

Para Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2001, p. 88),

[...] o capital, assim como o trabalho assalariado, é uma relação social de produção, é uma forma historicamente determinada de distribuição das condições de produção resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade.

Isso só é possível porque o valor que o trabalhador pode produzir durante as horas trabalhadas é superior ao valor pelo qual vende sua capacidade, seu salário.

A força de trabalho é a única mercadoria que pode produzir valor. Para Marx (1982), uma parte desse valor, apropriada sob forma de trabalho excedente, é trabalho não pago e passa a integrar o capital, transformando-se em riqueza. No capitalismo, esse trabalho excedente assume a forma de **mais-valia** (valor que o trabalhador cria além do valor de sua força de trabalho), expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

Ela é considerada pelos sociólogos como sendo a alma do capitalismo, pois produz, na teoria e na prática, a desigualdade e os antagonismos sociais. Aquilo que o trabalhador produz a mais do que recebe, em forma de salário, é apropriado pelo dono dos meios de produção e, normalmente, é chamado de apropriação do excedente de trabalho.

É por meio da extração de mais-valia que se estabeleceu a via fundamental da acumulação capitalista, por intermédio da qual, segundo Marx (1982), o capital realiza a sua vocação histórica à custa do trabalhador. Movido pela ideia do lucro, o capitalista seria necessariamente explorador.



Mas é importante destacar que há uma diferença entre lucro e mais-valia. A mais-valia origina-se somente do trabalhador, já o lucro pode vir de outras fontes: da compra e venda de mercadorias, do lucro, do arrendamento.

Marx (1982) chamou de **mais-valia absoluta** aquela conseguida por meio do aumento de horas na jornada de trabalho ou pela intensificação do uso da força de trabalho. Exemplo: numa fábrica de sapatos, se o trabalhador trabalhar diariamente uma hora a mais, ele estará produzindo mais sapatos. Ele pode produzir mais sapatos se o patrão conseguir que ele se mantenha ocupado, trabalhando pelo maior tempo possível além das horas destinadas à jornada de trabalho.

Por outro lado, chamou de **mais-valia relativa** aquela obtida por intermédio da diminuição do tempo de trabalho necessário, por meio da especialização profissional, introdução de novas tecnologias ou adoção de novos métodos de gerenciamento. Nesses casos, é possível aumentar a mais-valia, mesmo diminuindo o tempo de trabalho.



Para facilitar sua compreensão sobre mais-valia, leia o exemplo que segue: um operário vende sua força de trabalho ao capitalista por um preço X (por exemplo, \$10.000), para trabalhar durante um período Y (suponhamos 8 horas). Mas, em apenas uma fração deste período (por exemplo, 4 horas), o trabalhador produz o equivalente ao salário combinado, ou seja, \$ 10.000. O tempo restante da jornada de trabalho (4 horas) é trabalhado gratuitamente para o capitalista, produzindo-se um valor suplementar, ao qual Marx denomina mais-valia. A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. (TAMANINI; AMORIM, 2003).

Ligado ao conceito e à prática da extração da mais-valia constrói-se o conceito de **classes sociais**. Embora seja considerado um dos temas principais do pensamento de Marx, ele não deixou uma teoria sistematizada sobre as classes sociais.

Mesmo assim, é possível abstrair um entendimento desse assunto a partir de sua obra e da obra de seus seguidores, que divulgaram suas ideias. Segundo Demo (1989), as classes sociais são grupos sociais antagônicos, em que um se apropria do trabalho do outro, por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção, lugar este determinado fundamentalmente pela forma específica com que se relaciona com os meios de produção. A distinção está entre **os que possuem e os que não possuem os meios de produção**.

Como você já viu, a compra e a venda da força de trabalho produz um distanciamento entre os que compram e os que vendem a força de trabalho. Marx chamou isso de **antagonismo de classe**, cuja base de sustentação é a propriedade privada dos meios de produção. Com a proposta de eliminação da propriedade privada, ele via a possibilidade de eliminar os antagonismos de classe.

Marx (1982) demonstrou que a existência das classes está vinculada a determinadas fases da história do desenvolvimento da produção; que a luta de

classes conduz necessariamente, ao longo do tempo, à ditadura do proletariado; e que esta mesma ditadura não passa de uma transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.

É na obra “Manifesto Comunista”, de 1848, que se encontram as principais considerações políticas de Marx sobre a luta de classes, conforme citação que segue:

[...] a história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes. [...] na nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, [...] burguesia e proletariado. (MARX; ENGELS, 1985, p. 45).

Mesmo reconhecendo a importância do papel da burguesia na dissolução do feudalismo e na construção da ordem capitalista, Marx prognostica que cabe aos operários dar o próximo passo, o da destruição do capitalismo e da instauração da sociedade socialista:

O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. [...] a burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX; ENGELS, 1985, p. 64).

Na verdade, Marx reconheceu no capitalismo apenas duas classes, a **burguesia** e o **proletariado**, o que seria para ele uma simplificação, se comparada ao sistema feudal de produção. Algumas vezes ele usou o termo “pequena burguesia” para designar uma classe em transição, composta pelo pequeno produtor independente, artesão ou camponês, donos dos seus meios de produção.

Hoje existem salários que permitem acumulação de capital, cujo valor vai muito além do necessário para a satisfação das necessidades básicas (atletas diferenciados, *top models*, executivos de grandes empresas, e outros), em que as características da mais-valia praticamente desaparecem ou não se aplicam, o que Marx desconhecia.

Usamos hoje, também, o termo fração de classe para designar subgrupos componentes de classe. A própria burguesia pode ser subdividida em burguesia industrial, comercial e financeira; em trabalhadores da indústria, do comércio, da prestação de serviços, os autônomos, diaristas, entre outros.

Também é comum falar-se em **consciência de classe**, quando ela está ciente de seus reais interesses. Marx falava de “classe em si” para indicar o seu potencial contestatório. A “classe para si”, quando levada pela consciência do conflito e da exploração, organiza-se politicamente para a defesa consciente de seus interesses, o que supõe uma identidade construída para a luta de classe.

Mas essa consciência e luta de classes, para Marx, levaria à abolição das classes sociais na construção essencial da sociedade comunista:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. [...] em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX; ENGELS, 1985, p. 64).

Chegando ao fim a divisão da sociedade em classes, o Estado, enquanto estrutura política, também teria que ser destruído. No entender de Marx, o Estado era um instrumento da luta de classes, logo não faria sentido em uma sociedade sem classes. Como ele entendia que o proletariado precisava do Estado para derrubar a burguesia, ele afirmava que era necessário um momento de transição entre o capitalismo e o comunismo, e chamou isso de socialismo. A transição seria implantada por meio da ditadura do proletariado.

Lênin (apud HARNECKER, 1972, p. 145) dizia que:

A essência fundamental da ditadura do proletariado residia na organização e disciplina do destacamento avançado dos trabalhadores, de sua vanguarda, de seu único dirigente: o proletariado. Seu objetivo é construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, converter a todos os membros da sociedade em trabalhadores, destruir a base sobre a qual descansa a exploração do homem pelo homem. [...] exige um período bastante longo de transição do capitalismo para o socialismo, porque é difícil reorganizar a produção, como se necessita de tempo para introduzir mudanças radicais em todos os domínios da vida e porque a enorme força da tradição de um modo burguês de dirigir a economia somente pode ser superada numa luta vasta e tenaz. Por isso, Marx fala de todo um período de ditadura do proletariado como período de transição.

Assim, era preciso que a classe operária se tornasse revolucionária, primeiramente tomando consciência de seus interesses de classe e percebendo as condições objetivas de construção do socialismo para, num aprimoramento deste modelo, chegar ao comunismo como uma sociedade perfeita, sem propriedade privada, sem classe e sem o Estado.

O modo de produção é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui nos diferentes contextos sócio-históricos, para produzirem os meios necessários para a reprodução da vida e também para a concentração de capital. O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade.

Modo de produção = forças produtivas + relações de produção. Portanto, o conceito de modo de produção resume claramente o fato de as relações de produção serem o centro organizador de todos os aspectos da sociedade.

O modo de produção é entendido como o conjunto das forças produtivas e o conjunto das relações de produção, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento. Como vimos anteriormente, é na vida cotidiana que o ser humano vai fazendo a sua história. É a partir das atividades práticas do dia a dia que os seres humanos, com o uso da sua capacidade de entendimento das coisas, vão sendo estimulados para as constantes modificações no modo de fazer a prática, o que leva, por conseguinte, ao desenvolvimento das forças produtivas (potencial para produzir um produto).

Estas evoluem com maior rapidez e influenciam as relações de produção (relações necessárias entre os envolvidos num processo de produção), que não se comportam como um elemento passivo. As relações de produção exercem uma influência ativa no desenvolvimento das forças produtivas, acelerando ou amortecendo o seu avanço.

Para Fiorante (1978), o modo de produção é uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como instâncias ou níveis, isto é, como estruturas regionais com autonomia e dinâmica próprias, ligadas a uma unidade dialética.

Esse conceito de Fiorante está muito ligado ao pensamento marxista, já que Marx analisou os modos de produção dentro de estruturas. Por outro lado, sente-se a dificuldade de caracterizar o seu modo de produção em um país ou em uma nação, pois, geralmente, não se encontra uma só forma de produção, mas diversos modos de produção influentes.

Desta feita, pode-se caracterizar o modo de produção de um país como aquele modo que predomina, e isso já seria uma grande dificuldade. Enquanto que, em determinados espaços, mantém-se um modo de produção, em outros o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais definem novos modos de produção.

Independente da época e modo de produção vigente, os poderosos determinavam as ideias que prevaleciam na sociedade. Estavam na melhor posição para ensinar o que consideravam a verdade, e as ideias que ensinavam favoreceriam seus próprios interesses, por exemplo, a competição é uma lei

da natureza, a pobreza é inevitável, a proteção da propriedade privada é mais importante do que a proteção dos direitos dos trabalhadores ou da vida das pessoas. Para isso, tinham a sua disposição os mecanismos, o aparato público na defesa dos interesses particulares como Exército, polícia, governo, lei, religião e ideias, os ricos conseguem perpetuar um sistema do qual obtêm muitos privilégios. Os trabalhadores, segundo Marx, estão condenados à pobreza, pois sua posição dependente deixa-os à mercê dos proprietários.

A mudança dessa estrutura social desfavorável para a absoluta maioria da sociedade só poderia ocorrer quando fosse destruída a velha estrutura de classes. Uma simples reforma na estrutura de classes por meio de leis ou educação não alteraria de forma significativa esse quadro, pois permitiria ao longo de um prazo considerável, apenas proteger os poderosos.

Nossa posição na ordem econômica é fundamental para determinar boa parte do que somos, do que fazemos e do que pensamos. Ela é central para nosso poder e privilégio na sociedade. E essa estrutura social, erigida ao longo de muitas gerações e séculos, é bastante estável. Para Charon (2004), os pensamentos de Marx, bem como a contínua experiência da sociedade, dizem-nos que os sistemas de estratificação, em vigor por muito tempo, aceitos pela maioria como corretos, defendidos de várias maneiras sutis por aqueles que deles se beneficiam, perpetuados pela família, são altamente resistentes à mudança.

Seção 3

Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade

Ligadas ao trabalho, na sociedade atual, estão as questões do emprego, desemprego e empregabilidade. É esse conjunto que vamos tentar entender nesta seção, tendo como pano de fundo o pensamento de Marx. Nas obras de Marx, o trabalho ocupa posição central. Ao trabalhar, o homem produz a cultura. A cultura, como resultado do trabalho, diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros seres vivos.

A característica do homem é projetar, conceber o trabalho antes de realizá-lo e de modificar sua concepção durante sua realização. A capacidade de trabalho é, ao mesmo tempo, característica e condição humana; desta se formam as relações sociais, as familiares, as políticas, as econômicas e as relações com a natureza.

As representações, as linguagens, as instituições, a educação estão diretamente ligadas com a forma pela qual os homens, no trabalho, relacionam-se para produzir o que necessitam e para se reproduzirem como seres dotados de história e cultura.

À medida que o ser humano desenvolve meios para o seu trabalho e sabe o que irá alcançar no fim deste, ele se desenvolve e imprime nas coisas criadas a sua marca. O meio de trabalho é um instrumento que o trabalhador usa para transformar um objeto, uma matéria-prima em produto para o consumo.

No fim do processo de trabalho, aparece um resultado, um produto, que já existia antes, mas como projeto que ele tenha elaborado conscientemente. No desenvolvimento do projeto, pelo uso da inteligência e criatividade, o ser humano pode perceber deficiências no projeto e ir alterando conforme sua vontade, durante todo o curso do trabalho.



Para Marx (1982), o grande problema da sociedade capitalista é que o produto do trabalho não pertence àquele que o produziu. Há uma contradição intrínseca na sociedade capitalista entre proprietários dos meios de produção (burgueses) e trabalhadores (proletários). Marx entende que a marca da sociedade capitalista é a divisão social acentuada do trabalho e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não é o trabalhador.

A existência da propriedade privada dos meios de produção separa, em classes sociais distintas e opostas, os proprietários dos não proprietários dos meios de produção, os burgueses e os operários. Uns têm a propriedade dos meios de produção; outros, apenas a sua força de trabalho.

A divisão do trabalho e da propriedade separa os homens, isolando aqueles responsáveis pela concepção daqueles que executam o trabalho, separando o trabalho intelectual do trabalho manual; ou seja, uns pensam e outros executam. Concretamente, mão e consciência encontram-se separadas, representadas por homens distintos: aquele que executa e aquele que projeta. A característica do homem de conhecer (planejar) o trabalho antes de realizá-lo é perdida. O responsável por uma parte da tarefa repete-a mecanicamente, converte-se em um apêndice da máquina. O trabalhador perde a relação que estabelecia entre o desenvolvimento do conhecimento e o trabalho, quando era dono do projeto. A ciência aparece **separada** do trabalhador, a serviço do capital.

Essa separação entre o pensar e o executar e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não o trabalhador produz o que Marx chamou de **alienação**. A alienação, a consciência deslocada da produção da vida, toma conta das instituições, e tende a obscurecer para o homem o fundamento real da sociedade, que é a exploração e a desigualdade.

O processo de alienação, para Marx, manifesta-se no trabalho e no modo como se organiza a divisão do trabalho. O produto do trabalho, a mercadoria construída pelo próprio homem, torna-se estranho e alheio a ele.

Com a expansão da propriedade privada, bem como sua intensificação e a divisão do trabalho, que são bases fundamentais do capitalismo, o trabalho perde sua característica determinante que é a expressão do poder do ser humano na relação com a natureza, e os produtos derivados de seu trabalho assumem uma existência à parte do indivíduo, de sua vontade e de seu planejamento.

A racionalidade exigida pelo modo de produção capitalista transforma o homem em máquina de trabalho, da mesma maneira como, nos primórdios da humanidade, fez-se com os animais. Para alcançar índices elevados de produtividade, o capitalismo construiu reciprocamente com os eventos modernos uma racionalidade jamais vista na humanidade. O ser humano transforma-se em mercadoria.

Marx demonstrou justamente que o valor de um produto está na quantidade do trabalho empregado na sua fabricação e que o lucro do capitalista está no valor produzido pelo trabalho que ele não paga ao operário, que Marx designa de “mais-valia”.

Com a racionalidade do modo de produção capitalista, os trabalhadores são destituídos dos meios de produção, sendo forçados a venderem somente o que lhes resta: a força de trabalho, em troca de um salário que não paga o seu trabalho. Assim, eles próprios transformam-se em mercadorias. Isso significa dizer que, ao transformar o trabalho em mercadoria, vendida como qualquer outra no mercado, este perde sua característica humana. O homem deixa de se sentir homem pelo trabalho. Ao contrário, só se sente livre quando desempenha as funções animais (comer, beber, procriar etc.).

As relações de produção, que assim se estabelecem, fazem parte da própria natureza do modo de produção que começa a vigorar. No “Primeiro Manuscrito Econômico e Filosófico” Marx propôs-se a desvendar a verdadeira natureza do trabalho alienado: o trabalhador sente-se contrafeito, à medida que o trabalho não é voluntário, mas lhe é imposto, é trabalho forçado; o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades; o trabalho não é para si, mas para outrem; o trabalhador não se pertence, ele é propriedade de outra pessoa.

Para Marx, a alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho. No capitalismo, as instituições sociais acentuam essa alienação. O homem vive socialmente por meio das instituições, em uma tensão constante entre as forças de mudança e as de conservação ali presentes.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. A mais-valia e a mercadoria são a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo do operário e do capitalista.

A forma “mercadoria” cristaliza tanto o produto do trabalho necessário à reprodução do produtor (trabalho pago), como o produto do trabalho excedente (não pago) e apropriado pelo capitalista, no processo de compra e venda da força de trabalho. O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade [...] Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colmeias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. [...] Além do esforço de seus próprios órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. (MARX, 1982, p. 194–196).

O trabalho é um componente importante na dialética da vida do ser humano em contato com a natureza ou com a matéria, como um processo de transformação constante de ambas as partes. Só o ser humano, para Marx, pode compreender essa dinâmica.

3.1 Emprego e empregabilidade

Neste início de milênio, emprego e empregabilidade tornaram-se questões importantes para as instituições, empresas, trabalhadores e também para os centros de pesquisa e universidades. Isso porque envolvem aspectos básicos do ser humano, como a sobrevivência, e passam pela cidadania e dignidade para considerar ambições maiores como satisfação, realização e felicidade.

O emprego pode ser entendido como a função e a condição das pessoas que trabalham em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica. O desemprego é entendido como a condição ou situação das pessoas incluídas na faixa das “idades ativas” (em geral entre 14 e 65 anos), que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade econômica.

A complexa questão envolvendo o emprego, desemprego e empregabilidade diz respeito à reestruturação dos processos de produção, questão que se acentuou a partir da última década do século passado (XX) e que ainda está em curso, sendo intensamente discutida pela Sociologia e demais Ciências Sociais. A quantidade de registros na literatura mostra a importância que o tema assumiu durante esses últimos 15 anos.

Nesse mesmo período, houve uma efetiva diminuição dos postos de trabalho, decorrente da incorporação de novas tecnologias nos sistemas de produção e trabalho, com o consequente aumento da produtividade.

A terceirização e a informalização também contribuíram para a construção deste cenário de rearranjos no mundo do trabalho, produzindo intensa preocupação para sociólogos, psicólogos, economistas e administradores, já que essas mudanças têm reflexos imediatos na vida dos trabalhadores inseridos no mercado e dos trabalhadores terceirizados ou autônomos, que atuam lado a lado com os regularmente inseridos no mercado formal.

Conforme Torres e Longo (2003), a reestruturação produtiva implantada pelas grandes empresas, que reduzem seu quadro de pessoal e mantêm apenas os mais qualificados, faz com que o mercado de trabalho vá perdendo a capacidade de geração de novos empregos, aumentando os índices de desemprego industrial no Brasil, sobretudo nas grandes empresas. Nesse contexto, há uma pequena compensação, com incremento de empregos por parte das médias e pequenas empresas.

Uma pesquisa de Montagner e Brandão (1996, apud PICCININI; OLIVEIRA, 2003) sobre a região metropolitana de São Paulo já mostrava que o contingente de desempregados aumentava ininterruptamente entre a categoria dos que exerciam funções mais qualificadas, de gerência e planejamento, atividades de apoio à produção de bens e serviços e entre os que realizavam tarefas de secretaria e escritório. Os autores associam esse tipo de desemprego “aos processos de redução de níveis hierárquicos e à terceirização de atividades das empresas”.

Isso evidencia que as expectativas de que os empregos perdidos no setor industrial seriam compensados pelos novos postos no setor de serviços não se confirmaram. Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se inferir que o setor de serviços também estava passando por um processo de enxugamento de cargos, submetidos a um processo intenso de modernização associado à prática de uma alta rotatividade de mão de obra, como foi o caso do setor bancário.



Nesse quadro, produz-se um novo perfil dos desempregados: os de faixas etárias mais elevadas, os oriundos dos setores que foram submetidos a um processo de terceirização e os possuidores de um maior nível de escolaridade. Esses padrões de desemprego só serão alterados à medida que se modifique o modelo de desenvolvimento vigente.

Entre os desempregados, parece inegável que há uma tendência em partir para o trabalho informal. Mas há também casos em que, por iniciativa empresarial, dos sindicatos ou dos próprios trabalhadores, certas atividades tornaram-se “escoadouro” ou alternativa temporária para o desemprego: foram criadas cooperativas de trabalho e determinadas atividades foram terceirizadas.

As cooperativas de trabalho são organizadas, muitas vezes, com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores da categoria ou pelos próprios empregadores. O trabalho em domicílio é mais constante em alguns setores como o de confecções (facção), calçados (ateliês), trabalho virtual (vendas, informática), e cooperativas comunitárias.

O desemprego é o grande desafio, mas empresas que mantêm uma mão de obra relativamente estável preocupam-se que seus funcionários tenham condições de empregabilidade e oferecem a eles a possibilidade de uma qualificação que lhes dê condições de “empregabilidade”.

Nessa ótica, a questão de emprego não é mais vista (ou possível) no modelo tradicional de empresa; além disso, aumentam as exigências em termos de profissionalismo/qualificação; o funcionário precisa cada vez mais ser um empreendedor, buscar o autodesenvolvimento.

O conceito de empregabilidade é entendido por Torres e Longo (2003) como a capacidade da mão de obra de se manter empregada ou encontrar um novo emprego quando demitida. Por trás desse conceito há a ideia de que a mão de obra está desempregada devido a sua inadequação diante de um mercado cada vez mais exigente. O trabalhador estaria desempregado não porque faltam empregos, mas porque o seu perfil de qualificação não está adequado aos novos conceitos de produção.

A educação não resolve o problema da necessidade mais constante do uso de tecnologias que eliminam os postos de trabalho ou do fato de que as relações de trabalho estejam centradas em autoritarismo, na busca acentuada do lucro e na concentração do capital. Atribui-se à evolução tecnológica o aumento do desemprego, mas a base técnica em si não é a responsável pelo desemprego, mas o uso que dela se faz.

Mais do que discutir “empregabilidade”, é necessário lembrar-se do poder da empresa de decidir unilateralmente jornada de trabalho, admissão e demissão de pessoal, além de organização e condições de trabalho que levam as empresas a valorizarem extremamente os equipamentos poupadores de mão de obra. (TORRES; LONGO, 2003).

Acompanhando de forma mais direta e atenta a realidade do mercado de trabalho, constatamos que o emprego cresce justamente entre os trabalhos mal pagos e de alta rotatividade. O trabalho estável, bem pago e qualificado é privilégio de uma minoria. Ampliam-se os trabalhos de natureza instável, precários e informais, e, nestes casos, incluem-se até mesmo trabalhadores com níveis mais elevados de escolarização.

Essa constatação insere-se na nova lógica de produção “terceirizada”. As grandes empresas “enxugam” seus quadros e os trabalhadores assumem funções terceirizadas junto a fornecedores que investem menos em sua mão de obra, seja por escassez de recursos econômicos, seja porque assumem parte do processo produtivo com menos valor agregado, que pressupõe uma mão de obra com menor qualificação.

Parece-nos, então, da máxima relevância, a relação que vai se estabelecer entre as três categorias: flexibilização do trabalho, qualidade de vida do trabalhador e emprego. (TORRES; LONGO, 2003).

Seção 4

Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão

Podemos diferenciar renda e riqueza. Enquanto renda é o que você recebe em determinado período, riqueza é o patrimônio que você possui em bens, como imóveis, carro, aplicações financeiras etc. É pouco frequente o estudo sociológico sobre a riqueza, e, no Brasil, dispomos de poucos dados sobre a riqueza da população. Mesmo sendo um dado obtido pela Receita Federal, ele não está disponível para pesquisadores; assim, é difícil estabelecermos a diferença entre os mais ricos e os mais pobres.

Com a renda, a situação é um pouco diferente. De acordo com Bryn (2006), as fontes mais utilizadas para descobrirmos a renda dos brasileiros são: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Além de diferentes indicadores para medir a pobreza, há diferentes interpretações do que ela seja. Os sociólogos costumam utilizar duas abordagens diferentes: pobreza absoluta e pobreza relativa. De acordo com Giddens (2005, p. 255):

[...] **pobreza absoluta** fundamenta-se na idéia da subsistência – as condições básicas que devem ser preenchidas para que se mantenha uma existência fisicamente saudável. Quem carece dessas necessidades fundamentais para a existência humana – como alimento suficiente, abrigos e roupas – é classificado como indivíduo que vive na pobreza. O conceito de pobreza absoluta é visto como universalmente aplicável.

[...] Porém, nem todos aceitam a idéia de que um tal padrão possa ser identificado. De acordo com essas pessoas, seria mais apropriado empregar o conceito de **pobreza relativa**, o qual relaciona a pobreza ao padrão de vida geral predominante em uma sociedade específica. Os defensores do conceito de **pobreza relativa** acreditam que a pobreza seja definida culturalmente, não devendo ser medida segundo um padrão universal de privação.

Não há um consenso entre pesquisadores e instituições sobre o número de pobres no Brasil. Para o Programa governamental Fome Zero há, no Brasil, 46 milhões de brasileiros pobres; para o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), esse número chega a 56,9 milhões; e, ainda, para a socióloga Sônia Rocha, o número de pobres no Brasil é de 34,8 milhões. (BRYN, 2006).

Em todas as estimativas, o número de pobres no Brasil é assustador. Outro dado preocupante é em relação à distribuição de renda. Segundo dados do IPEA, no ano de 2000, 68,06% de toda a renda gerada no Brasil foi destinada aos 20% dos brasileiros mais ricos. Na linha oposta da abundância, estão os 20% mais pobres, que ficaram com 1,5% da renda nacional total.

Para dimensionarmos essa má distribuição de renda, vamos pensar que o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) fosse medido em sanduíche do McDonald's, o Big Mac. Vamos supor que, por ano, o PIB brasileiro fosse de 1000 Big Macs. Como afirmamos, os 20% mais ricos ficariam com 68,06%, ou seja, essa parcela da população comeria 680 sanduíches. Já os 20% mais pobres comeriam apenas 15 sanduíches, dado que faz do Brasil um dos países com mais desigualdades no mundo.

Outro dado alarmante é que a distribuição de renda no Brasil tem se tornado cada vez mais desigual. E mais, enquanto a distribuição de renda piora, a riqueza amplia-se; ou seja, nos últimos 40 anos, o PIB aumentou a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Mas por qual motivo há tanta desigualdade e tanta pobreza? Será que é possível explicá-las?

Vários teóricos procuram apontar as causas da pobreza na sociedade contemporânea. Giddens (2005, p. 260) agrupa dois grupos de teorias que tentam explicar esse fenômeno: as teorias que responsabilizam os pobres pela própria pobreza e as teorias que concebem a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade capitalista.

As teorias que responsabilizam a vítima existem há bastante tempo. Já no século XIX, pregava-se que a pobreza era resultado de patologia ou inadequação dos indivíduos. Nesse período, era comum acreditar que os pobres eram incapazes de prosperarem na sociedade por incapacidade moral ou psíquica. Mais recentemente, as explicações foram buscadas no estilo de vida dos pobres. Ou seja, os pobres eram pobres por ter hábitos e atitudes que não os levavam a “subir na vida”.

As abordagens que procuram, em processos sociais mais amplos, as causas da pobreza, acreditam que as forças estruturais, como classe, gênero, realização em termos educacionais, dentre outras, modelam a maneira de a renda ser distribuída. Afirmam que a situação dos pobres é consequência de situações restritivas e não a sua causa, e que para diminuir a pobreza não se deve propor mudanças individuais/comportamentais, mas mudanças políticas que levem à distribuição de renda mais igualitária para toda a sociedade.

4.1 Exclusão econômica

Indivíduos e comunidade podem ser excluídos da economia no que diz respeito à produção e ao consumo. Quanto ao aspecto da produção, o emprego e a participação no mercado de trabalho são centrais para a inclusão. Em comunidades que apresentam altas concentrações de privação material, é menor o número de pessoas que trabalham em tempo integral. Nestas, as redes informais de informação, capazes de auxiliar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho, são ineficientes. As taxas de desemprego são, com frequência, altas, e as oportunidades ocupacionais são, de modo geral, limitadas.

Para Giddens (2005, p. 265), a exclusão da economia também pode se dar em termos de padrão de consumo, ou seja, com relação ao que as pessoas consomem e utilizam em sua vida diária. A falta de um telefone pode contribuir para a exclusão social. “[...] Não possuir uma conta bancária é outro sinal de exclusão social [...]”, de acordo com o autor.

4.2 Exclusão política

A participação popular e contínua na política é o alicerce dos estados democráticos liberais. Os cidadãos são estimulados a manter uma atitude consciente quanto

às questões políticas, a levantar sua voz em apoio ou protesto, a contatar seus representantes eleitos para assuntos importantes, e a participar do processo político em todos os níveis.

Porém, uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, a quem podem faltar as informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. Conforme Giddens (2005, p. 265), “[...] As vozes e necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.”

4.3 Exclusão social

A exclusão também pode ser sentida no domínio da vida social e comunitária. Áreas que sofrem com alto grau de exclusão social podem contar com instalações comunitárias limitadas, como parques, quadras de esporte, centros culturais e teatros. Os níveis de participação cívica são, muitas vezes, baixos. Além disso, famílias e indivíduos excluídos podem ter menos oportunidades de lazer, viagens e atividades fora de casa. A exclusão social pode significar uma rede social limitada ou frágil, que leva ao isolamento e a um contato mínimo com os outros. (GIDDENS, 2005, p. 265).

4.4 Exclusão e inclusão social

Alguns teóricos, sobretudo europeus, têm preferido utilizar o conceito de exclusão social como substituto à classe baixa ou pobres. Inicialmente, o termo “exclusão social” foi adotado por políticos e usado por sociólogos para se referirem a novas formas de desigualdade social, para além da questão meramente econômica.

A exclusão social refere-se à possibilidade de o indivíduo ficar sem o envolvimento total na sociedade. Os teóricos que vêm utilizando esse conceito afirmam que ele é mais abrangente do que o de “classe baixa”, exatamente por enfatizar os processos e mecanismos de exclusão.

Para Giddens (2005, p. 265), a exclusão pode assumir várias formas, podendo ocorrer em áreas rurais isoladas ou bairros localizados em zonas urbanas decadentes. A **exclusão** e a **inclusão** podem ser analisadas sob os prismas econômico, social e político.

A pobreza e a desigualdade social são problemas que persistem em todos os sistemas sociais na atualidade, uma vez que a igualdade mostra-se difícil de ser atingida nesse sistema de livre-mercado. Em vários países já houve tentativas, sobretudo por parte de políticos de esquerda, de erradicar a pobreza com mecanismos de redistribuição de riqueza. O Estado assistencialista e os altos níveis de tributação foram tentativas realizadas em vários países da Europa.

Infelizmente, essas tentativas não foram totalmente exitosas e a assistência muitas vezes não chega àqueles que precisam – tal como vivenciamos hoje no Brasil, com alguns dos projetos assistenciais do governo.

O conceito de igualdade também vem sendo alterado; já se luta pelo direito à diferença e respeito à diversidade de estilos de vida, buscando-se cada vez mais a igualdade de oportunidades. As interpretações sobre desigualdade também vêm sendo ampliadas, e podemos perceber que, apesar de a desigualdade econômica permanecer, vemos que, em alguns aspectos, as sociedades estão mais igualitárias. Como exemplos, temos: as mulheres hoje têm mais espaço na sociedade do que em tempos atrás; da mesma forma, vemos os avanços legais e sociais em relação a grupos minoritários.